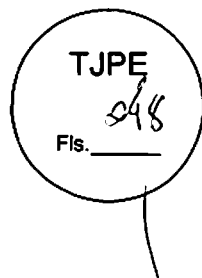




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL 192531-48.2012.8.17.0001 (333699-4) -

1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: UNIMED RECIFE

AGRAVADA: RITA DAMASCENO DA CRUZ

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO LEGAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE MEDICAÇÃO PARA TRATAMENTO DE ARTROSE NO JOELHO. RESPONSABILIDADE DA AGRAVANTE NÃO AFASTADA. CARÁTER NACIONAL DO PLANO CONTRATADO. NEGATIVA INJUSTIFICADA. DANOS MORAIS. RAZOABILIDADE DO MONTANTE ARBITRADO. AGRAVO IMPROVIDO.

- É da Agravante o dever de provar o fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito da segurada, em observância à teoria da distribuição dinâmica do ônus probatório, nos termos do art. 333, II do CPC;

- Considerando o caráter nacional da rede de cooperativas da UNIMED, e o contrato anexado aos autos que prevê abrangência nacional de cobertura pelo plano contratado, não há como afastar a responsabilidade da Agravante em fornecer a medicação indicada por médico assistente à Agravada, havendo, inclusive, negativa por escrito deste fornecimento anexada aos autos.

- Não merece prosperar a alegação da Agravante acerca da impossibilidade de cobertura contratual para o procedimento médico requerido pela Agravada, simplesmente por não haver sido indicada expressamente nenhuma cláusula de restrição ou argumento fático capaz de justificá-la;

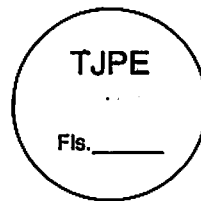
- Em relação aos danos morais, afigura-se correto o quantum indenizatório arbitrado no primeiro grau (R\$ 6.000,00), em observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

- Agravo improvido.

1C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Sala de sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 249

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL 192531-48.2012.8.17.0001 (333699-4) -
1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: UNIMED RECIFE

AGRAVADA: RITA DAMASCENO DA CRUZ

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de agravo legal interposto contra decisão terminativa (fls. 223), através da qual *neguei seguimento* à apelação (fls. 194), com esboço no art. 557, *caput*, do CPC, por se mostrar manifestamente improcedente e estar em manifesto confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior e deste E. TJPE haja vista ser pacífico o entendimento quanto ao direito à indenização por danos morais advindos da injusta recusa de cobertura securitária médica.

No caso em tela, a Agravante não aprovou a medicação indicada, cuja finalidade era *tratar a artrose nos joelhos da Agravada*, sendo condenada, pelo juízo a quo (fls. 181), a autorizar e custear o tratamento da segurada, assim como a ressarcir os danos morais suscitados.

1C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

Irresignada com a decisão que obstou o seguimento da apelação (fls. 223), a Agravante interpôs o presente recurso (fls. 229), pugnando pelo regular processamento do apelo e aduzindo que i) não é parte legítima para responder pela negativa de cobertura ao tratamento indicado para a Agravante pela inexistência de relação contratual; ii) foi exorbitante o valor da condenação arbitrado, não observando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

É o relatório, no essencial.

À mesa, independentemente de pauta, nos termos do art. 557, §1º, segunda parte, do CPC.

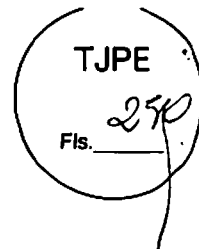
Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO CÍVEL 192531-48.2012.8.17.0001 (333699-4) -
1ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: UNIMED RECIFE

AGRAVADA: RITA DAMASCENO DA CRUZ

V O T O

Mantendo o mesmo posicionamento adotado por esta Relatoria na decisão alvo do recurso em análise, sigo neste voto os fundamentos ali expendidos, com acréscimo das devidas ponderações.

Com efeito, o contrato de seguro de saúde é essencialmente um acordo de transferência dos prejuízos econômicos - despesas médico-hospitalares -, decorrentes da materialização do sinistro.

Portanto, nesta relação caracterizada pela posição de dependência dos consumidores, faz-se imprescindível a presença da confiança quanto ao cumprimento do pactuado, pois, nos momentos de maior fragilidade física e emocional, os segurados precisam ter acobertados os serviços médicos necessários.

Estabelecida tal premissa, no que concerne à aplicação do CDC ao caso em tela, não merece prosperar a alegação da Agravante acerca da impossibilidade de cobertura contratual para o procedimento médico requerido pela Agravada, simplesmente por não haver sido indicada expressamente nenhuma cláusula de restrição ou argumento fático capaz de justificá-la.

Pois bem.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fls. _____

Inicialmente, analiso os argumentos da ora Agravante acerca da ilegitimidade passiva, e, novamente, reforço não merecer guarida os argumentos expostos com a intenção de excluir a sua responsabilidade pela negativa de cobertura do tratamento indicado à Agravada.

Como afirmado em decisão monocrática (fls. 223) considero que a rede de cooperativas da UNIMED possui caráter nacional, e, por isso, reconheço a responsabilidade solidária delas por integrarem o mesmo conglomerado econômico.

Sendo assim, de acordo com os fatos circunstanciados nos autos e o contrato anexado (fls. 28), o qual indica expressamente em sua cláusula I, item 1.1., a abrangência nacional da cobertura do plano de saúde, incluindo a prestação de serviços por médicos de todas as cooperativas que integram o sistema Nacional Unimed, não há como afastar a legitimidade da Apelante para responder pelo caso em apreço.

Ademais, em consulta às fls. 42 resta incontestado a negativa da Agravante em relação ao fornecimento do medicamento solicitado pela Agravada, não havendo de se falar, portanto, em inexistência de relação contratual.

Quanto à alegação de inobservância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no arbitramento da condenação por danos morais, afigura-se correto o *quantum* indenizatório arbitrado no primeiro grau (R\$ 6.000,00), em virtude da negativa em comento, cujo intuito era tratar doença que causa dor significativa na Agravada (artrose nos joelhos).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. 251

Porquanto, não se pode duvidar que tal negativa atingiu a esfera subjetiva da paciente, já debilitada pela sua condição de saúde, ocasionando-lhe aflição psicológica e angústia suficientes para o reconhecimento de seu direito à reparação pelo prejuízo moral, nos termos do art. 6º, VI do CDC¹.

Assim, ao contrário do alegado pela Agravante, o presente recurso está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste TJPE, haja vista estar pacificado o direito ao ressarcimento dos danos morais advindos da injusta recusa de cobertura securitária médica.

Ante o exposto, inexistindo motivos que me levem a julgar diversamente, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

¹ Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;